

A constituição do campo da Política Educacional no Brasil como objeto de estudo: revisão de literatura¹

The constitution of the Education Policy as a field of studies in Brazil: literature review

La constitución del campo de la Política Educativa en Brasil como objeto de estudio: revisión de la literatura

Silvana Stremel

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

silvanastremel@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-3110-2005>

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta Grossa

jefferson.m@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0003-0401-8112>

RESUMO

O artigo apresenta uma revisão de literatura sobre a constituição do campo da Política Educacional no Brasil. Foram catalogados 70 trabalhos, os quais foram agrupados em sete categorias. De modo mais específico, o artigo explora as contribuições de seis trabalhos que focalizam aspectos históricos da constituição do campo da Política Educacional no Brasil. Concluiu-se que os principais desafios para a pesquisa sobre esse tema referem-se à importância de ampliar os estudos sobre esta temática e investir na busca de referenciais teórico-epistemológicos para o estudo da constituição do campo da Política Educacional.

Palavras-chave: Política Educacional. Campo acadêmico. Constituição do campo.

ABSTRACT

This paper presents a literature review on the constitution of the Education Policy field in Brazil. Seventy works were catalogued and grouped into seven categories. More specifically, the paper explores the contributions of six works that focused on historical aspects of the constitution of the Education Policy field in Brazil. The results led to the conclusion that the main challenges faced by the research on this theme refer to the importance of broadening studies on this theme and invest in seeking theoretical-epistemological reference for the study of the constitution of this academic field.

Keywords: Education Policy. Academic Field. Constitution of the field.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação Araucária (FA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMEN

Este artículo presenta una revisión de la literatura sobre la constitución del campo de la Política Educativa en Brasil. Un total de 70 trabajos fueron catalogados, los cuales fueron agrupados en siete categorías. Más específicamente, el artículo explora las contribuciones de seis trabajos que se centran en aspectos históricos de la constitución del campo de la Política Educativa en Brasil. Se concluyó que los principales desafíos para la investigación sobre este tema se refieren a la importancia de ampliar los estudios de este e invertir en la búsqueda de referencias teórico-epistemológicas para el estudio de la constitución del campo de la Política Educativa.

Palabras clave: *Política Educativa. Campo académico. Constitución del campo.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar uma revisão de literatura sobre a constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil. A questão da constituição do campo da Política Educacional é um dos eixos de investigação da *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (Relepe)*².

A Relepe possui oito eixos de pesquisa: 1) Problemáticas e limitações no desenvolvimento da pesquisa em Política Educacional; 2) Enfoques e perspectivas epistemológicas em Política Educacional; 3) Metodologias para a análise de Políticas Educacionais; 4) História do campo da Política Educacional; 5) Investigação analítica de autores de referência em Política Educacional; 6) Produção de conhecimento e tomada de decisões em perspectiva epistemológica; 7) Epistemologia, Política Educacional e realidade latino-americana; 8) Ensino de Política Educacional e formação de pesquisadores para este campo. Conforme pode ser observado na Biblioteca Temática da Relepe, a partir da criação da referida Rede, houve um incremento significativo das pesquisas e publicações relacionadas aos oito eixos de investigação. A escassez de pesquisas voltadas à História do campo da Política Educacional levou a Relepe a criar, desde a sua fundação, em 2010, um Núcleo de Investigação voltado a essa questão.

Conforme já mencionado em outros estudos (STREMEL; MAINARDES, 2018), não há um consenso sobre a validade e relevância de desenvolver estudos da Política Educacional como campo autônomo e específico de investigação. Stephen J. Ball, por exemplo, em entrevista a Mainardes (2015), questiona a importância da existência de distinções claras e demarcações entre as áreas de investigação. Ele considera que seria

² www.relepe.org

mais produtivo minimizar tais demarcações e pensar de uma forma “pós-disciplinar, pós-filosófica sobre teoria e análise, baseando-se em discernimentos e possibilidades de diferentes teorias e disciplinas, unindo-as – uma teorização mais plural e diversificada” (MAINARDES, 2015, p. 164). Apesar disso, temos argumentado que é relevante desenvolver estudos em uma dupla dimensão, ou seja, explorar aspectos da constituição da Política Educacional como campo autônomo e específico, bem como estudos que analisem as relações das pesquisas de Política Educacional com outras áreas (Ciências Sociais, Ciência Política, Economia, Antropologia, Teoria Social etc.) e ainda ampliar o debate das contribuições destas áreas para o desenvolvimento teórico da Política Educacional. Explorar a história da constituição do próprio campo permite também realizar uma avaliação do seu desenvolvimento, bem como de suas lacunas e desafios. Os resultados dessas avaliações são importantes para o contínuo aprofundamento do campo.

O estudo envolveu: a) levantamento de produções que analisam a constituição do campo acadêmico da Política Educacional; e b) leitura e identificação das contribuições dessas produções para a história do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil. As produções incluídas no levantamento foram localizadas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Temática da Relepe, indexadores de periódicos (SciELO, Educ@ - FCC, Redalyc, DOAJ), Plataforma Crossref, Banco de Teses e Dissertações da Capes e periódicos especializados do campo da Política Educacional.

Primeiramente, apresenta-se o panorama das pesquisas sobre a constituição do campo da Política Educacional no Brasil e, em seguida, a contribuição dos estudos que tratam especificamente da constituição deste campo.

A pesquisa sobre a constituição do campo da Política Educacional no Brasil

Analisar a constituição do campo acadêmico da Política Educacional envolve considerar seu processo de institucionalização e expansão como campo específico a partir da criação de associações científicas e grupos de trabalho, de disciplinas, de linhas e grupos de pesquisa nas universidades, de publicações especializadas, de eventos científicos e redes de pesquisa que contribuíram para delinear os contornos desse campo (STREMEL, 2016). A partir do levantamento realizado, foram incluídos 70 textos na revisão, os quais foram distribuídos em sete categorias, a saber:

- a) Aspectos históricos e de constituição do campo da Política Educacional;
- b) História e contribuições de associações científicas;
- c) História e contribuições de grupos de pesquisa;
- d) Pesquisa e produção do conhecimento no campo;
- e) Objeto de estudo da Política Educacional;
- f) Ensino da Política Educacional (disciplina);
- g) Formação de pesquisadores para o campo.

O quadro a seguir apresenta as publicações localizadas no levantamento e relacionadas às categorias citadas.

Categoria	Publicações	Quantidade
Pesquisa e produção do conhecimento no campo	Arosa (2013) Azevedo e Aguiar (2001) Bello, Jacomini e Minhoto (2014) Bittar, Bittar e Morosini (2012) Gonçalves (2005) Guimarães (2018) Jacomini e Silva (2019) Krawczyk (2012, 2019) Mainardes (2017, 2018b, 2018c) Mainardes, Stremel e Soares (2018) Mainardes e Tello (2016) Pereira (2014) Sander (2007a) Santos (2008, 2009, 2014) Santos e Azevedo (2009, 2012, 2014) Schneider (2014) Soares (2018, 2019) Souza (2014) Weber (2012) Wittmann e Gracindo (2001)	28
Ensino da Política Educacional (disciplina)	Cristofoli (2015) Flach e Masson (2014) Guimarães-Iosif, Limeira e Santos (2018) Mainardes, Stremel e Rosa (2017) Mendes (2018) Moreira e Iulianelli (2017) Perão e Lima (2017) Pronko (2016) Rosa (2018, 2019) Rosa e Trojan (2019) Stremel e Mainardes (2015)	12

Categoria	Publicações	Quantidade
História e contribuições de associações científicas	Catani e Gilioli (2004) Meneses (1997, 2001) Pinto (1986) Sander (1986, 2001, 2006, 2007b, 2011a, 2011b) Sousa (1986)	11
Aspectos históricos e de constituição do campo da Política Educacional no Brasil	Guimarães (2016) Stremel (2016, 2017) Stremel e Mainardes (2016, 2018) Tello (2019)	6
História e contribuições de grupos de pesquisa	Adrião (2012) Gemaque, Gutierrez e Mendes (2012) Luce et al. (2012) Oliveira e Assis (2012) Tavares (2012)	5
Formação de pesquisadores para o campo	Dalpiaz (2017) Gorostiaga (2017) Mainardes e Stremel (2019) Pires (2019) Tello (2015)	5
Objeto de estudo da Política Educacional	Mainardes (2018a) Mendes, Perrella e Cruz (2019) Souza (2016)	3
Total		70

Quadro 1 - Levantamento de publicações que contribuem para o estudo da constituição do campo da Política Educacional no Brasil (1986-2019)

Fonte: Elaboração própria.

A análise do quadro mostra que a maior parte dos textos foram publicados a partir do ano 2000, com forte expansão nos últimos anos. Merecem destaque os estudos de revisão sobre aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em Política Educacional (MAINARDES; STREMEL; SOARES; 2018); sobre o ensino de Política Educacional (MAINARDES; STREMEL; ROSA, 2017; ROSA; TROJAN, 2019) e sobre a formação de pesquisadores para o campo da Política Educacional (PIRES, 2019).

Neste artigo, apresentamos uma análise dos seis trabalhos que abordam especificamente os aspectos históricos da constituição do campo da Política Educacional no Brasil (GUIMARÃES, 2016; STREMEL, 2016, 2017; STREMEL; MAINARDES, 2016, 2018; TELLO, 2019), visando identificar as suas contribuições para a compreensão da trajetória desse campo.

Três trabalhos abordam especificamente a história da Política Educacional como um campo específico no Brasil (STREMEL, 2016, 2017; STREMEL; MAINARDES, 2018), um trabalho trata da constituição do campo a partir da produção acadêmica em programas de pós-graduação em Educação da região Nordeste do Brasil (GUIMARÃES, 2016), um

trabalho discute a emergência do campo acadêmico da Política Educacional em diferentes países (STREMEL; MAINARDES, 2016) e, finalmente, um trabalho aborda sobre aspectos históricos e epistemológicos do campo na América Latina (TELLO, 2019). Esses estudos contribuem para a ampliação do conhecimento sobre o processo de constituição e de institucionalização do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil, conforme apresentamos a seguir.

A Política Educacional como campo acadêmico específico: elementos de sua história

A partir da leitura dos estudos é possível identificar que no Brasil, a Política Educacional, como um campo acadêmico, vem se constituindo desde o final da década de 1960, com a criação de associações científicas como a ANPAE³ (1961), com a utilização mais frequente do termo “política educacional” em publicações e em documentos oficiais e com a implantação da Pós-Graduação (1965) e do primeiro mestrado em Educação (PUC-Rio, 1966). Os estudos indicam que no Brasil, o campo acadêmico da Política Educacional tem parte da sua constituição vinculada à Administração da Educação e Educação Comparada. Por essa razão, a criação da ANPAE pode ser considerada um marco na institucionalização do campo (STREMEL, 2016, 2017; STREMEL; MAINARDES, 2018).

De forma mais explícita, um outro marco no processo de institucionalização desse campo foi a criação do GT 5 - Estado e Política Educacional no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd (1986/1987). A partir da década de 1990, a área adquire maior autonomia e legitimação por meio da expansão das publicações sobre Política Educacional e da criação de disciplinas de/sobre Política Educacional, de linhas e grupos de pesquisa na Pós-Graduação, de periódicos científicos especializados, de redes de pesquisa e da realização de eventos científicos específicos de Política Educacional (STREMEL, 2016, 2017; STREMEL; MAINARDES, 2018).

Conforme estudo de Stremel e Mainardes (2016), em outros países, a emergência do campo acadêmico da Política Educacional, também teve como marco a década de 1960,

³ A ANPAE foi inicialmente denominada Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (1961). No decorrer de sua trajetória, teve outras quatro denominações: Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar (1971), Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional (1976), Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (1980) e Associação Nacional de Política e Administração da Educação (1996). (STREMEL, 2016).

como é o caso dos EUA e do Reino Unido. Já na Argentina, a emergência desse campo pode ser demarcada na década de 1950, com a criação de cátedras de Política Educacional nas universidades. Stremel e Mainardes (2016) e Tello (2019) indicam que o campo teórico da Política Educacional tem suas origens nas Ciências Sociais e na Ciência Política. No entanto, como campo acadêmico específico, surge associado a outros campos. Nos EUA, em sua fase inicial, a Política Educacional esteve ligada à Administração da Educação. No Reino Unido, a Política Educacional emerge mais alinhada à Sociologia da Educação. Em Portugal, os estudos de Política Educacional surgem vinculados tanto à Sociologia da Educação como à Administração da Educação. Na Argentina, o início da constituição do campo ocorre de forma muito relacionada à legislação e à Educação Comparada (STREMEL; MAINARDES, 2016).

Ainda que a década de 1960 possa ser considerada marco da emergência desse campo em vários países, o desenvolvimento teórico ao longo do tempo avançou em níveis distintos. No Brasil e, de maneira geral, na América Latina, os autores argumentam que ainda se trata de um campo em construção, uma vez que se faz necessário ampliar as formulações e teorizações próprias desse campo (STREMEL, 2016, 2017; STREMEL; MAINARDES, 2018).

Tello (2019) ao apresentar algumas notas históricas e epistemológicas sobre o campo da Política Educacional na América Latina, afirma que, desde seu surgimento, esse campo atravessou mudanças em relação às correntes teóricas, filosóficas, às interrupções da política democrática, às ideias que estruturam e que se transformam com as mudanças científicas e sociais da própria realidade educacional. Dessa forma, o autor define algumas etapas do desenvolvimento teórico do campo: 1ª etapa: “política educacional e abordagem jurídico-institucional”, momento em que a abordagem da Política Educacional centra-se principalmente na análise de normas legais; 2ª etapa: “política educacional na perspectiva do planejamento desenvolvimentista”, refere-se ao período do início da década de 1960, em que o campo da Política Educacional está fortemente ligado à teoria do planejamento e ao planejamento educacional, com o surgimento do desenvolvimentismo e a teoria do capital humano na América Latina; 3ª etapa: “a política educativa e a perspectiva crítica”, situada no final da década de 1960 e durante a década de 1970, quando emergem abordagens crítico-reprodutivistas que começaram a questionar o funcionamento dos sistemas educacionais, contudo a década de 1970 é marcada pelas ditaduras que paralisaram o desenvolvimento das concepções neomarxistas; 4ª etapa: “política e administração da educação” e “gestão política e educacional”, período em que os governos

ditatoriais da América Latina terminaram e reestabeleceu-se as democracias, ao introduzir-se o tema gestão educacional, este associou-se tanto às perspectivas críticas quanto às liberais (TELLO, 2019, p. 9-10).

A constituição do campo da Política Educacional está relacionada também aos agentes e sua atuação no campo. Guimarães (2016), com base na concepção bourdieusiana, assinala que o campo possui um conjunto de práticas, sentidos e mecanismos regulatórios que se estruturam em torno de atividades desenvolvidas pelos programas de pós-graduação em Educação (PPGEs) e no âmbito de associações de pesquisa que permitem a produção e circulação do conhecimento sobre Política Educacional. É importante destacar que além dos PPGEs, suas linhas e grupos de pesquisa, também fazem parte da estruturação do campo os periódicos especializados, a disciplina de Política educacional, os eventos e redes de pesquisa específicos (STREMEL, 2016).

Um aspecto importante para compreender a Política Educacional como campo refere-se ao *habitus*⁴. Alguns estudos demonstram que há um *habitus* compartilhado entre os agentes do campo e que é central na constituição e funcionamento desse campo. O *habitus*, que vai sendo incorporado no processo de inserção do pesquisador nesse campo, favorece a posição e a legitimação desse pesquisador dentro do campo (SANTOS, 2008; SOARES, 2019). Conforme Guimarães (2016), as trajetórias social, acadêmica e política dos agentes determinam a maneira como estes pesquisam e relacionam-se com os pares, como o campo organiza-se e as instituições e regiões que compõe o campo interagem.

Os estudos incluídos nessa revisão evidenciam que o campo possui agentes, instituições, ideias e interesses específicos que lhe dão sustentação e legitimação. O campo acadêmico da Política Educacional é estruturado por diversas instituições, cujos agentes podem ocupar tanto uma posição interna, como professores, pesquisadores, coordenadores de grupos de pesquisa ou de Grupos de Trabalho em associações, editores de periódicos, entre outras funções, assim como uma posição externa, em outros campos, como por exemplo, assumindo funções em instâncias representativas do estado. Assim, evidencia-se a dupla dimensão que caracteriza a constituição do campo da Política Educacional no Brasil: como campo de investigação e como campo de ação/articulação política. Esse campo abrange, portanto, uma agenda acadêmica e uma agenda política que não estão dissociadas no processo do seu desenvolvimento (STREMEL, 2016).

⁴ Segundo Bourdieu (2004), *habitus* refere-se às disposições adquiridas pelos agentes, que incluem esquemas de percepção, pensamento e ação formados no decorrer das experiências de vida, na interação social.

Considerações Finais

Os estudos sobre a história do campo da Política Educacional permitem afirmar que a Política Educacional é um campo em processo permanente de construção, expansão e consolidação.

Para Bourdieu (1996, p. 70), “o que se produz no campo é cada vez mais dependente da história específica do campo [...]” Johnson Jr. (2003) considera que é fundamental que o próprio campo seja avaliado permanentemente. Assim, as pesquisas que focalizam o próprio campo: seu processo histórico de constituição, bem como a análise da situação da pesquisa (desenvolvimento teórico do campo)⁵ são relevantes, pois permitem compreender aspectos do seu desenvolvimento e identificação de lacunas e principais desafios.

O levantamento realizado resultou na catalogação de 70 textos, distribuídos em sete categorias. Algumas categorias referem-se mais especificamente à história do campo da Política Educacional, enquanto outras referem-se mais ao desenvolvimento teórico alcançado por meio das pesquisas do campo. O levantamento permitiu concluir que ainda são escassos os estudos que abordam aspectos históricos propriamente ditos, pois apenas seis trabalhos foram incluídos nessa categoria. Assim, os principais desafios para a pesquisa sobre a constituição do campo da Política Educacional referem-se à importância de ampliar os estudos sobre essa temática e ainda investir na busca de referenciais teórico-epistemológicos para o seu estudo. O trabalho de Stremel (2017) constitui-se em uma tentativa disso, com base na teoria de Pierre Bourdieu. No entanto, é importante explorar a contribuição de outros autores e perspectivas epistemológicas.

⁵ No Brasil, diversos estudos têm sido realizados com o objetivo de apreender as principais características, tendências das pesquisas do campo da Política Educacional, bem como identificar os principais desafios, especialmente por meio da metapesquisa (TELLO; MAINARDES, 2015; MAINARDES, 2017, 2018b, 2018c; TONIETO, 2018; MOREIRA, 2019; CARVALHO, 2019). Destacam-se também os estudos de Silva e Jacomini (2016); Silva, Scaff e Jacomini (2016), Santos e Azevedo (2014).

Referências

- ADRIÃO, T. Notas sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 51-56, jul./dez. 2012.
- AROSA, A. C. C. **A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT – 5 da ANPED (2000 a 2009)**. 2013. 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, set./dez. 2001.
- BELLO, I. M.; JACOMINI, M. A.; MINHOTO, M. A. P. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. 2014.
- BITTAR, M.; BITTAR, M.; MOROSINI, M. Producción de conocimiento y política educativa en América Latina: la experiencia brasileira. In: GOROSTIAGA, J.; PALAMIDESSI, M.; SUASNÁBAR, C. (Comps.). **Investigación educativa y política en América Latina**. Buenos Aires: Noveduc, 2012. p. 79-112.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, R. C. **A teoria da complexidade como referencial epistemológico na pesquisa em Política Educacional no Brasil**: análise sobre o estado atual e seu potencial interpretativo para os estudos do campo. 2019. 119 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.
- CATANI, A. M.; GILIOLI, R. S. P. **Administração escolar**: a trajetória da Anpae na década de 1960. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CRISTOFOLI, M. S. O estudo da política educacional como componente curricular dos cursos de formação de professores nas universidades públicas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2015.
- DALPIAZ, L. H. Formação do pesquisador: singularidade do sujeito e problematização de políticas públicas educativas. In: ALMEIDA, M. L. P. (Org.). **Produção do conhecimento científico e formação do pesquisador na América Latina**. Campinas: Mercado de Letras, 2017. p. 247-270.
- FLACH, S.; MASSON, G. (2014). A disciplina de Política Educacional em cursos de formação de professores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n. 33, p. 205-220, 2014.

GEMAQUE, R.; GUTIERREZ, D. V.; MENDES, D. C. B. Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN): algumas reflexões sobre sua constituição, processos e desafios. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 37-50, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, N. G. A relação Estado e educação: uma análise da produção acadêmica brasileira (1971-2000). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 21-37, maio/dez. 2005.

GOROSTIAGA, J. M. La formación de investigadores en el campo de la política educativa: una mirada regional. **Revista de la Educación Superior**, v. 46, n. 183, p. 37-45, 2017.

GUIMARÃES, I. P. **Entre(laços) e nós**: a constituição do campo acadêmico em política e gestão da educação no Nordeste do Brasil. 2016. 361 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

GUIMARÃES, I. P. Produção científica em redes de colaboração no campo da Política Educacional no Brasil (2000 - 2014). **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-38, 2018.

GUIMARÃES-IOSIF, R.; LIMEIRA, L. C.; SANTOS, A. V. (2018). O ensino de Política e Gestão Educacional nos cursos de licenciatura. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2018.

JACOMINI, M. A.; SILVA, A. A. Pesquisas em políticas educacionais: questões epistemológicas e desafios à consolidação da área da Educação (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 5, p. 1-23, 2019.

JOHNSON JR., B. L. Those nagging headaches: perennial issues and tensions in the politics of education field. **Educational Administration Quarterly**, v. 39, n. 1, p. 41-67, fev. 2003.

KRAWCZYK, N. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 3-11, jul./dez. 2012.

KRAWCZYK, N. A política educacional e seus desafios na pesquisa: o caso do Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-9, 2019.

LUCE, M. B.; FARENZENA, N.; PERONI, V. M. V.; FRANZOI, N. L.; GIL, J. Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação da UFRGS: linhas convergentes e paralelas. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 18-30, jul./dez. 2012.

MAINARDES, J. Entrevista com o Professor Stephen J. Ball. **Olh@res**, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 161-171, 2015.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e173480, 2017.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p.186-201, jan./abr. 2018a.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, 2018b.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018c.

MAINARDES, J.; STREMEL, S. Aspectos da formação do pesquisador para o campo da Política Educacional na pós-graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0203826, p. 1-20, 2019.

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. (2017). A pesquisa sobre a disciplina política educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 287-307, maio/ago. 2017.

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; SOARES, S. T. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em política educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento - Revista de Educação**, Niterói, v. 5, n. 8, p. 43-74, jan./jun. 2018.

MAINARDES, J.; TELLO, C. A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 75, p. 1-13, 2016.

MENDES, V. O interesse pelo estudo da Política Educacional no processo de formação do professor. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-17, 2018.

MENDES, V.; PERRELLA, C. S. S.; CRUZ, R. E. A delimitação do objeto na pesquisa em política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, n. 8, p. 1-22, 2019.

MENESES, J. G. C. Uma contribuição para a memória da ANPAE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 261-269, jul./dez. 1997.

MENESES, J. G. C. Da administração escolar à gestão democrática: um pouco da história da ANPAE... e de como entro nesta história. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 119-125, jan./jun. 2001.

MOREIRA, L. P. O Programa Universidade Para Todos em teses da área de Educação: temáticas, fundamentos e níveis de abstração. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, set./dez. 2019.

MOREIRA, L. P.; IULIANELLI, J. A. S. Formação docente e ensino de política educacional em instituições de educação superior do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 854-873, out./dez. 2017.

OLIVEIRA, J. F.; ASSIS, L. M. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Documentação Educação, Sociedade e Cultura (Nedesc) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás: trajetória e desafios da pesquisa e da formação. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 31-36, jul./dez. 2012.

PERÃO, G. M. M.; LIMA, M. F. A disciplina de Política Educacional nos cursos de Pedagogia: um estudo preliminar. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017.

PEREIRA, A. F. L. G. **A produção acadêmica em política educacional no Estado do Paraná**: um estudo mediado pela Teoria do Campo Científico. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

PINTO, F. C. F. A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 27-32, jan./jun. 1986.

PIRES, A. P. A formação de pesquisadores para o campo da Política Educacional: revisão de literatura. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-18, 2019.

PRONKO, M. A. Desafios teórico-metodológicos para o ensino de políticas educacionais na perspectiva do materialismo histórico. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2016.

ROSA, G. L. R. A disciplina Política Educacional: a relação com o objeto de estudo do campo e sua contribuição na formação do pesquisador em políticas educacionais. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 85-100, maio/ago. 2018.

ROSA, G. L. R. **Estrutura e funcionamento do Ensino e Política Educacional**: análise do espaço das disciplinas na Universidade Estadual de Ponta Grossa e suas relações com o objeto de estudo da Política Educacional. 2019. 284 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ROSA, G. L. R.; TROJAN, R. M. A Política Educacional como disciplina: revisão de literatura. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-18, 2019.

SANDER, B. A ANPAE e a administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 12-26, jan./jun. 1986.

SANDER, B. Quadragésimo aniversário da ANPAE: reassumindo o nosso compromisso com a administração da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 107-118, jan./jun. 2001.

SANDER, B. A ANPAE só é possível, reinventada. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 173-179, jan./jun. 2006.

SANDER, B. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007a.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil**: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007b.

SANDER, B. Introdução à história da ANPAE como entidade educacional da sociedade civil. In: SANDER, B. (Org.). **ANPAE – Relatório de Gestão 2006-2011: sonhos e realizações**. Niterói, RJ: Edições ANPAE, 2011a. p. 271-285. (Coleção Biblioteca ANPAE, Série Cadernos, n. 12).

SANDER, B. Jubileu de Ouro da Anpae (1961-2011). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 346-351, maio/ago. 2011b.

SANTOS, A. L. F. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, A. L. F. **A Pós-Graduação em Educação e o tratamento do tema política educacional: uma análise da produção do conhecimento no Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SANTOS, A. L. F. Conhecimento e interesse: analisando fatores que influenciam a constituição do campo acadêmico da pesquisa sobre política educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A Pós-Graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. Regulação e legitimação da pesquisa sobre a política educacional como campo acadêmico: um estudo a partir dos programas de Pós-Graduação do Nordeste brasileiro. In: GOMES, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 71-93. (Série Estudos em Políticas Públicas e Educação).

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. O GT 05 – Estado e Política Educacional – no contexto do Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste: um olhar sobre a sua produção. In: GOMES, A. M.; LEAL, T. F. (Orgs.). **Pesquisas em educação nas regiões Norte e Nordeste: balanço e perspectivas**. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 67-82.

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista Educação (PUC-Campinas)**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2014.

SILVA, A. A.; SCAFF, E. A. S.; JACOMINI, M. A. Políticas públicas e políticas educacionais: percursos históricos, interfaces e contradições das produções na década de 2000. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, p. 254-273, 2016.

SOARES, S. T. A pesquisa em Política Educacional no Brasil: revisão de literatura. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-17, 2018.

SOARES, S. T. **A Política Educacional na Pós-Graduação em Educação: uma análise a partir das Linhas de Pesquisa**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SOUSA, J. N. A. de. Breve comentário sobre a contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 33-35, jan./jun. 1986.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

SOUZA, A. R. de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 2, p. 1-14, 2017.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A disciplina política educacional em Cursos de pedagogia no Brasil: primeiras aproximações. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17-18, p. 137-155, 2015.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo acadêmico da política educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 115-138, 2016.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: aspectos históricos. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 168, p. 1-21, 2018.

TAVARES, T. M. NuPE/UFPR – Núcleo de Políticas Educacionais: criação, características e desafios. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 12 – 17, jul./dez. 2012.

TELLO, C. G. La enseñanza de la Política Educativa y la formación de investigadores en el campo. Entre las matrices históricas y la episteme de época. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 55, p. 125-151, jan./abr. 2015.

TELLO, C. Notas históricas y epistemológicas sobre el campo de la Política Educativa em Latinoamérica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-20, 2019.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revistando o enfoque das epistemologias da Política Educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

TONIETO, C. **Características epistemológicas das teses de Políticas Educacional no triênio 2010-2012**. 2018. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2018.

WEBER, S. A Rbep e as políticas educacionais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 234 (número especial), p. 323-352, maio/ago. 2012.

WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Submetido em 20/07/2019

Aprovado em 30/09/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)